



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 067/2024 SRP 022/2024

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento para estrutura para realização da 14ª Festa Country, 15ª Festa do São Geraldense Ausente e Festival Gastronômico de São Geraldo/MG, durante o período de 18 a 20 de julho de 2024, conforme condições e quantidades descritas no Edital, Termo de Referência e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VR UNITÁRIO	VR TOTAL
1	Locação de Jogo de Mesa – locação de jogo de mesa de plástico, contendo 4 cadeiras sem braços, em cores brancas, devidamente higienizadas, sem manchas, sujeira ou qualquer defeito. A Contratada é responsável pela disponibilização e retirada dos itens nos locais indicados pelos setores requisitantes através da Ordem de Serviço.	Serviço	50	R\$36,67	R\$1.833,50
2	Serviço de filmagem - com câmera 4k full HD, incluindo gravação e transmissão simultânea. O serviço deverá ser prestado por colaborador devidamente qualificado, a fim de atingir uma prestação de serviço de alta qualidade (com nitidez, profundidade de cores e faixa dinâmica adequada), devendo ser realizado com duas câmeras simultâneas. O tempo médio de duração do serviço é de aproximadamente 4 (quatro) horas. Todos os equipamentos utilizados a prestar o serviço são de responsabilidade da Contratada, bem como todos os custos relativos à transporte, deslocamento e alimentação de seus colaboradores. Se necessário, o setor requisitante solicitará a edição das imagens, até 72h após a finalização da gravação e/ou transmissão, devendo ser entregue à Contratante, por meio de link ou em pendrive, em até 5 (cinco) dias úteis. Os direitos autorais e propriedade intelectual será do Município de São Geraldo/MG.	Serviço	3	R\$2.200,00	R\$6.600,00
3	Painel de led p3.9 outdoor Montado na estrutura de Alumínio A 30 que atenda as demandas da prefeitura, sera cobrado um aluguel a cada 6 horas de evento. É exigido a ART, emitida pelo CREA/MG.	mts2	50	R\$1.210,00	R\$60.500,00
4	Locação de Data Show e Tela de Projeção – locação de projetor de alta definição, específicos para atender grandes eventos, capazes de projetar	Serviço	3	R\$2.233,33	R\$6.699,99



SALA MINEIRA
DO EMPREENDEDOR



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



	imagens de 120 a 300 polegadas em alta resolução, com utilização média de 6 (seis) horas, juntamente com tela de projeção em lona branca (fosca), nos tamanhos de 4x3m, em estrutura Q30. Todos os equipamentos utilizados a prestar o serviço são de responsabilidade da Contratada, bem como todos os custos relativos à transporte, deslocamento e alimentação de seus colaboradores. Os equipamentos devem estar instalados e pronto para uso com no mínimo 2 (duas) horas de antecedência do início do evento, que será informado pelo setor requisitante através de Ordem de Serviço.				
5	Palco 6x6m em estrutura de alumínio Q-30 – locação de palco, em estrutura de alumínio Q30, medindo 6 metros de boca de cena por 6 metros de profundidade, por 7m de altura. Tendo o piso com altura de 1,5m e carpete, fechado ao fundo e nas laterais com sombrite, com pano de saia à frente, cobertura em lona antichama, com guarda corpo, escadas e corrimão de acordo com as normas do Corpo de Bombeiro de MG. Com área de serviço e house mix de no mínimo 12m ² com elevação de 30cm. Deverá conter suporte ou torre para sustentação do P.A. (sonorização) conforme necessidade da equipe de som. Palco com no mínimo dois estaiamentos por pé. A Contratada se responsabiliza por todos os custos com montagem, desmontagem e transporte dos itens. O palco deverá estar devidamente apto para uso em 24 (vinte e quatro) horas que antecede o início da festividade, que deverá ser indicado pelo setor requisitante através da Ordem de Serviço. É exigido a ART, emitida pelo CREA/MG.	Serviço	1	R\$10.000,00	R\$10.000,00
6	Locação de Tendas 10x10m – locação de tendas em 10x10m, do tipo galpão, fabricadas em aço inoxidável, com lona de cobertura confeccionada em material PVC, fibras emborrachadas ou poliéster, impermeáveis e antifúngica e antimoho. Todos os custos de transporte, deslocamento e montagem do item é de responsabilidade da Contratada. As tendas deverão estarem prontas para uso em no mínimo com 12 (doze) horas de antecedência do início do evento, que deverá ser informado pelo setor requisitante através da Ordem de Serviço. É exigido a ART, emitida pelo CREA/MG.	Serviço	2	R\$2.666,67	R\$5.333,34
7	Locação de Tendas 3,5x3,5m, com balcão - locação de tendas em 3,5x3,5m, fabricadas em aço inoxidável, com lona de cobertura confeccionada em material PVC, fibras emborrachadas ou poliéster, impermeáveis e antifúngica e antimoho. As tendas deverão conter balcão, em madeira, em bom estado de uso e conservação, com altura	Serviço	20	R\$660,00	R\$13.200,00



SALA MINEIRA
DO EMPREENDEDOR



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



	padrão. Todos os custos de transporte, deslocamento e montagem do item é de responsabilidade da Contratada. As tendas deverão estarem prontas para uso com no mínimo 6 (seis) horas de antecedência do início do evento, que deverá ser informado pelo setor requisitante através da Ordem de Serviço. É exigido a ART, emitida pelo CREA/MG.				
8	Locação de Gradil – locação de gradil, em peças de 2x1,3m, em estrutura metálica, sem sinais de ferrugem e/ou corrosão e devidamente limpas. A Contratada se responsabiliza pela disponibilização e instalação dos gradis no espaço de evento indicado pelo setor requisitante através de Ordem de Serviço, com no mínimo de 6 (seis) horas de antecedência do início da festividade. Todos os custos de transporte, deslocamento e montagem do item é de responsabilidade da Contratada.	Unidade	1300	R\$33,33	R\$43.329,00
9	Locação de Banheiro Químico Masculino e Feminino - em material polietileno, com altura de 2,24 m, largura 1,22 m, comprimento 1,16m, composto de um vaso sanitário. Mictório e dispensam rede e água e esgoto, os sanitários deveram ter: caixa de dejetos com assento, suporte para papel higiênico, adesivo com identificação (masculino/feminino). Ponto de ventilação natural, mictório, teto translucido, fechadura de metal com sinalizador (livre/ocupado), capacidade da caixa para alumínio de 220 (duzentos e vinte) litros. A Contratada compromete em instalar os sanitários 01 (um) dia antes do evento, nos locais determinados pelo setor requisitante através de Ordem de Serviço, devendo retirá-los no dia seguinte ao término do evento. A Contratada deverá ainda, manter a limpeza e manutenção dos banheiros diariamente durante o evento.	Diária	260	R\$303,33	R\$78.865,80
10	Locação de banheiros químicos masculinos e femininos para portadores de deficiência – locação de banheiro químico masculino e/ou feminino, fabricado em polietileno ou material similar, com dimensões de 1,16m de frente x 1,22m de fundo x 2,10 de altura, composto de caixa de dejetos, fechamento com identificação de ocupado. A Contratada compromete em instalar os sanitários 01 (um) dia antes do evento, nos locais determinados pelo setor requisitante através de Ordem de Serviço, devendo retirá-los no dia seguinte ao término do evento. A Contratada deverá ainda, manter a limpeza e manutenção dos banheiros diariamente durante o evento.	unidade	30	R\$536,67	R\$16.100,10
11	Estrutura Camarote – Estrutura composta de dois patamares, sendo que em cada patamar irá ser distribuído 20 camarotes, medindo 2m de frente	serviço	3	R\$15.666,67	R\$47.000,01



SALA MINEIRA
DO EMPREENDEDOR



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



	por 3m de fundo, tendo ainda, em cada patamar um corredor de 1,2m, totalizando, portanto, 40 camarotes com capacidade para até 10 pessoas cada, contendo ainda um jogo de mesas com quatro cadeiras a cada camarote. O camarote deverá contar com dois halls de entrada, sendo um em cada lado, por patamar. A estrutura do primeiro patamar ficará elevada a 1,8m do chão e o segundo patamar a 2,4m do chão, em estrutura metálica com travamento e piso madeirite em 20mm. A cobertura do camarote deverá ser em estrutura de alumínio Q30 e lona branca impermeável, antifúngica e antimoho. Contará ainda com escadas para as entradas com guarda corpo e corrimão, seguindo a norma técnica pertinente, sendo de responsabilidade da Contratada a emissão da ART e apresentação da mesma ao Município de São Geraldo com no mínimo 12 (doze) horas de antecedência. O item deverá ser disponibilizado pronto para uso com no mínimo uma semana de antecedência ao início do evento que deverá ser indicado pelo setor requisitante através de Ordem de Serviço. A Contratada se responsabiliza por todos os custos com montagem, desmontagem, cessão de mão de obra e transporte dos itens. Deverá ser responsável ainda pelo fornecimento de duas tomadas (uma 110v e outra 220v) e um ponto de luz com lampada, a cada camarote. Ainda, deverá fornecer todos os extintores de incêndio necessário, bem como as luzes de emergência e os refletores dos corredores, conforme exigência do Município, Corpo de Bombeiros ou Mapa do Evento.				
12	Locação de Placas de Cercamento – locação de placas de cercamento, de 2x2m, em estrutura metálica, sem sinais de ferrugem ou corrosão, devidamente limpas. A Contratada se responsabiliza pela disponibilização e instalação dos gradis no espaço de evento indicado pelo setor requisitante através de Ordem de Serviço, com no mínimo de 6 (seis) horas de antecedência do início da festividade. Todos os custos de transporte, deslocamento e montagem do item é de responsabilidade da Contratada.	metro	300	R\$46,67	R\$14.001,00
13	Locação de Tendas 3x3m - locação de tendas em 3x3m, modelo chapéu de bruxa, em estrutura metálica, com cobertura em lona autoextinguível e anti-chamas, em bom estado de uso e conservação. Todos os custos de transporte, deslocamento e montagem do item é de responsabilidade da Contratada. As tendas deverão estarem prontas para uso com no mínimo 12 (doze) horas de antecedência do início do evento, que deverá ser	Serviço	1	R\$766,67	R\$766,67



SALA MINEIRA
DO EMPREENDEDOR



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



	informado pelo setor requisitante através da Ordem de Serviço. É exigido a ART, emitida pelo CREA/MG.				
14	Locação de camarim de octanorm 4x4m – locação de camarim de octanorm, em 4x4m, com forro de teto, carpete para o chão, ar condicionado, sofá, mesa, seis cadeiras, arara e espelho. Abertura para banheiro em uma lateral, porta com chave, iluminação e tomada. (02 camarins por noite). O item deverá ser disponibilizado pronto para uso com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao início do evento que deverá ser indicado pelo setor requisitante através de Ordem de Serviço. A Contratada se responsabiliza por todos os custos com montagem, desmontagem e transporte dos itens, além do fornecimento das lâmpadas emergenciais, extintores de incêndio que o Município e/ou o Corpo de Bombeiros venha a exigir. É exigido a ART, emitida pelo CREA/MG.	Serviço	3	R\$3.850,00	R\$11.550,00
15	Locação de Gerador de Energia 180 Kva standby – locação de gerador de energia, em 18Kva Standby, devidamente abastecido e acompanhado de um técnico para manutenção e apoio. A Contratada se responsabiliza por todos os custos com abastecimento, transporte, cessão de mão de obra e demais despesas necessárias. O item deverá ser disponibilizado com no mínimo 6 (seis) horas de antecedência ao início do evento que deverá ser indicado pelo setor requisitante através de Ordem de Serviço. É exigido a ART, emitida pelo CREA/MG.	Serviço	3	R\$5.666,67	R\$17.000,01
16	Locação de passarela – locação de passarela, em estrutura metálica com travamento e piso madeirite em 20mm, com altura de 1,3m do chão. Tendo suas medidas em 10m de comprimento por 2,2m de largura. É de responsabilidade da Contratada todo o custo relativo a montagem, desmontagem, transporte e demais despesas necessárias. O item deverá estar instalado e pronto para uso com no mínimo de 12 (doze) horas de antecedência do início do evento, que será informado pelo setor requisitante através da Ordem de Serviço. É exigido a ART, emitida pelo CREA/MG.	Serviço	3	R\$4.666,67	R\$14.000,01
17	Locação de som e iluminação – conforme Rider técnico anexo (Anexo I-A), torre de delay, torre de flay e house mix (deve ser montada com tamanho de acordo com a quantidade de equipamentos que deve ser utilizados). Para os 3 dias de evento. Período da prestação do serviço 18 a 20 de julho de 2024. O responsável pelo fornecimento do som deverá ser responsável pelo serviço de locução de evento e pelo DJ - durante os 03 dias, com experiência em apresentação de shows, abertura e	Serviço	3	R\$39.333,33	R\$117.999,99



SALA MINEIRA
DO EMPREENDEDOR



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



	condução de eventos, respeitando o roteiro previamente estabelecido pelo município, com total disponibilidade de horário para o evento. É exigido a ART, emitida pelo CREA/MG.				
18	Serviço de Montador de Estruturas – prestação de serviço de carregadores (trabalhadores braçais – CBO 7242-05), para auxiliarem na montagem e desmontagem das demais estruturas e equipamentos necessários para os espetáculos artísticos, com disponibilidade total de horário para atender às demandas do município. Do início ao final do evento.	Serviço	15	R\$683,33	R\$10.249,95
19	Serviço de equipe de apoio com Homens/Mulheres – contratação de equipe de apoio com homens e mulheres, para controle de acesso, revistas pessoais e segurança preventiva a fim de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio dentro dos locais do evento, devidamente uniformizados e identificados. Correrão por conta da contratada todas as despesas com alimentação, transporte, uniforme e EPI's dos profissionais. A Contratada deverá apresentar Nome e CPF dos colaboradores para a conferência por dia de evento, bem como atestado de antecedentes criminais expedido pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. A apresentação da equipe deverá ocorrer com no mínimo 2 (duas) hora de antecedência do início do evento, que deverá ser informado pelo setor requisitante através da Ordem de Serviço.	Serviço	150	R\$300,00	R\$45.000,00
20	Serviço de brigadista sendo Homens/Mulheres – contratação de serviço de Brigadista (bombeiro civil), de modo que o profissional esteja uniformizado, treinado e capacitado para atuar na prevenção e no combate ao princípio de incêndio e pânico, abandono de área e primeiros socorros, incluindo todo o material e equipamento necessários ao trabalho, tais como pranchas longas completas, rádios e bolsas de primeiros socorros. Correrão por conta da contratada todas as despesas com alimentação, transporte, uniforme e EPI's dos profissionais. Deverão ser apresentados os certificados de brigadista profissional, com formação em curso reconhecido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. A Contratada deverá apresentar Nome e CPF dos colaboradores para a conferência por dia de evento.	Serviço	60	R\$1.525,00	R\$91.500,00
21	Locação de Lâmpada de Emergência – locação de lâmpada de emergência, destinada aos eventos do Município. A empresa se responsabiliza pela disponibilização e retirada das lâmpadas dos locais indicados pelos setores requisitantes através da Ordem de Serviço, no prazo mínimo de 24 (vinte e	Serviço	15	R\$1.173,20	R\$17.598,00



SALA MINEIRA
DO EMPREENDEDOR



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



	quatro) horas e 12 (doze) horas, respectivamente. É de responsabilidade da Contratada todo o custo relativo à prestação do serviço.				
22	Locação de Placa de Sinalização S1 – locação de placa de sinalização do tipo S1, destinada aos eventos do Município. A empresa se responsabiliza pela instalação e desinstalação das placas dos locais indicados pelos setores requisitantes através da Ordem de Serviço, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas e 12 (doze) horas, respectivamente. É de responsabilidade da Contratada todo o custo relativo à prestação do serviço.	Serviço	20	R\$766,25	R\$15.325,00
23	Locação de Placa de Sinalização S2 – locação de placa de sinalização do tipo S2, destinada aos eventos do Município. A empresa se responsabiliza pela instalação e desinstalação das placas dos locais indicados pelos setores requisitantes através da Ordem de Serviço, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas e 12 (doze) horas, respectivamente. É de responsabilidade da Contratada todo o custo relativo à prestação do serviço.	Serviço	20	R\$766,25	R\$15.325,00
24	Locação de Placa de Sinalização M8 – locação de placa de sinalização do tipo M8, destinada aos eventos do Município. A empresa se responsabiliza pela instalação e desinstalação das placas dos locais indicados pelos setores requisitantes através da Ordem de Serviço, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas e 12 (doze) horas, respectivamente. É de responsabilidade da Contratada todo o custo relativo à prestação do serviço.	Serviço	6	R\$1.016,25	R\$6.097,50
25	Locação de Placa de Sinalização S12 – locação de placa de sinalização do tipo S12, destinada aos eventos do Município. A empresa se responsabiliza pela instalação e desinstalação das placas dos locais indicados pelos setores requisitantes através da Ordem de Serviço, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas e 12 (doze) horas, respectivamente. É de responsabilidade da Contratada todo o custo relativo à prestação do serviço.	Serviço	3	R\$691,25	R\$2.073,75
26	Locação de Extintores 4 A40BC – locação de extintor do tipo 4 A40BC, portátil, de pressurização direta, com carga de 6kg, pó químico seco ABC, fabricado conforme ABNT NBR 15808:2010 em chapa de aço carbono, destinado ao combate de princípios de incêndio das classes A (resíduos sólidos), B (líquidos inflamáveis) e C (equipamentos elétricos), pintado pelo processo eletrostático com tinta em pó na cor vermelha, contendo mangueira em borracha semirrígida com trama de aço em suporte e placa de sinalização tipo E5. É de responsabilidade da Contratada todo o custo relativo a disponibilização e retirada do item, bem como o transporte e demais despesas	Serviço	30	R\$350,00	R\$10.500,00



SALA MINEIRA
DO EMPREENDEDOR



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



necessárias. O item deverá estar instalado e pronto para uso com no mínimo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do início do evento, que será informado pelo setor requisitante através da Ordem de Serviço.				
Valor total do lote..... R\$ 678.448,62				

1.2. O serviço objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. Considerando o [art. 6º, inc. XXIII](#), alíneas 'b' a 'e' e o [art. 40, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021](#), esta cláusula estabelece que o detalhamento contido no Estudo Técnico Preliminar (ETP) arrolado aos autos do processo licitatório é a base fundamental para a elaboração deste Termo de Referência. O presente Termo de Referência respeita integralmente as diretrizes, requisitos e orientações contidas no referido Estudo Técnico Preliminar (ETP), assegurando a conformidade legal e técnica necessária para o processo licitatório em questão.

1.5. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) 2024, tendo em vista que em razão da transição da vigência da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com a revogação das legislações dispostas no [art. 193](#) do referido diploma legal, apenas em 30 de dezembro de 2023, e tendo o Município optado pela utilização das lei revogadas até a data de suas revogações, não houve a obrigatoriedade da elaboração do PCA.

1.5.1. Embora não esteja previsto no PCA, o objeto dispõe de previsão orçamentária para a efetiva contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

a) Os parâmetros de sustentabilidade são aqueles previstos em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Subcontratação

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.





MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

Vistoria

4.3. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A prestação dos serviços será realizada de acordo com o solicitado pelo Município, devendo ser realizada na data do evento referente à solicitação, conforme Autorização de Fornecimento emitida pela Prefeitura Municipal.

5.2. Caso não seja possível a execução dos serviços na data solicitada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2.2. Qualquer execução fora do local e horário previstos, e ainda, fora do prazo de execução poderá ser devolvida, sem prejuízo às sanções previstas em lei.

5.2.3. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

- a) Todas as estruturas necessárias para a realização do evento deverão estar montadas em um prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas de sua realização;
- b) Considerando os possíveis transtornos e eventuais limitações na mobilidade urbana do município, o prazo máximo para retirada das estruturas será de 3 (três) dias úteis após o encerramento do evento;
- c) Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os serviços, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário;

5.2.4. A prestação dos serviços deverá ocorrer em locais diversos, sendo eles:

NOME DO LOCAL	ENDEREÇO DO LOCAL
PAVILHÃO DE EVENTOS	RUA CEL. BITTENCOURT, S/N
PRAÇA RAUL SOARES	PRAÇA RAUL SOARES

5.2.5. A empresa deverá entrar em contato com o fiscal de contrato Tanusa Queiroz Coelho, no horário de 08h00min às 15h00min, de segunda a sexta-feira, para agendamento prévio e ajustamento do cronograma da prestação dos serviços pelo telefone (32) 3556-1215 e pelo e-mail turismo@saogeraldo.mg.gov.br

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário.

Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.4. O prazo de garantia legal dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).





MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 5.5. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos serviços ora licitados.
- 5.6. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da empresa contratada.
- 5.7. Serão de total responsabilidade da empresa contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.
- 5.8. Caberá exclusivamente à empresa contratada, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 5.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução dos serviços executados de forma presencial.
- 6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.



SALA MINEIRA
DO EMPREENDEDOR



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.10. A fiscalização ficará a cargo do servidor Antônio César Marciano, fone: (32)9-8458-6597, e-mail: gestaodecomprassg@gmail.com.

Fiscalização Técnica

6.11. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.12. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.13. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.16. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).



SALA MINEIRA
DO EMPREENDEDOR



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto consistirá na verificação se o serviço foi entregue de acordo com os padrões e prazos acordados previamente entre a contratante e contratada, bem como a clareza, eficácia e precisão da comunicação durante a execução dos serviços

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).



SALA MINEIRA
DO EMPREENDEDOR



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;



SALA MINEIRA
DO EMPREENDEDOR



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.15.1. o prazo de validade;
- 7.15.2. a data da emissão;
- 7.15.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.15.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.15.5. o valor a pagar; e
- 7.15.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada [no art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).



SALA MINEIRA
DO EMPREENDEDOR



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.25. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, devendo ser observado o que consta no comunicado da Diretoria de Finanças e no Decreto Municipal 257/2023.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.29. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, seja parcial/total, conforme as regras previstas no art. 145 da lei nº 14.133/2021.

Cessão de crédito

7.30. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.



SALA MINEIRA
DO EMPREENDEDOR



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



7.31. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.32. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.33. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.34. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.35. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

8.2. A proposta da empresa licitante deverá incluir todos os custos de transporte, estadia, alimentação, seguro e quaisquer outras despesas para fornecimento do objeto.

8.3. O licitante deverá fornecer junto à sua proposta o nome do responsável pelo atendimento e pedido de compras, bem como telefone e endereço de e-mail para o qual poderão ser encaminhadas as ordens de serviço.

8.4. No modelo da proposta deverá ser indicado o responsável pelo atendimento comercial ao Município, contendo nome completo do responsável, telefone fixo, telefone celular, e-mail e dados bancários para pagamento.

Regime de execução

8.5. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

8.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



SALA MINEIRA
DO EMPREENDEDOR



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



8.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estaduais e Municipais relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estaduais e Municipais do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais e/ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



SALA MINEIRA
DO EMPREENDEDOR



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

8.23. Em virtude da natureza desta licitação, que se destina à contratação de bens e serviços, inclusive para entrega imediata, a documentação exigida para a qualificação econômico-financeira dos licitantes será restrita à apresentação da "Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial", conforme preconizado pela [Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005](#). Tal certidão deve ser emitida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica licitante, devendo ser apresentada dentro do período de validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua emissão ou dentro do prazo de validade especificamente declarado no documento.

8.24. Consequentemente, fica dispensada a exigência de entrega dos demais documentos contábeis para a habilitação econômico-financeira, inclusive em observância ao disposto no [art. 70, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021](#), salvo se a natureza e complexidade do objeto contratual justificarem a exigência do Balanço Patrimonial dos últimos dois exercícios financeiros. Nesses casos, deverá ser assegurado que tal exigência cumpra os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, sem restringir indevidamente a competitividade do certame, conforme o [art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal](#) e os princípios da Administração Pública. A justificativa para a exigência do Balanço Patrimonial deverá estar claramente fundamentada no instrumento convocatório, demonstrando a pertinência da exigência em relação à natureza do objeto da licitação.

8.25. Essa cláusula fundamenta-se no entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a necessidade de equilíbrio nas exigências de qualificação econômico-financeira. Baseia-se em jurisprudência consolidada, como os Acórdãos 1214/2013-TCU-Plenário, 2763/2016-TCU-Plenário e 1.335/2010-TCU-Plenário, que reforçam a importância de não estabelecer exigências que comprometam a competitividade da licitação

Qualificação Técnica

8.26. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com as características, quantidades e prazos do objeto da licitação, através da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;

8.27. Em se tratando de Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o Município poderá realizar diligências ou exigir a apresentação de documentos que comprovem a efetiva aptidão do licitante, tais como notas fiscais, contratos ou documentos equivalentes.

8.28. LICENÇA DE OPERAÇÃO – BANHEIRO QUÍMICO

8.28.1. Para os itens 13, 14 e 15 a licitante deverá possuir:

- a) Certificado de Registro e regularidade da empresa licitante (Certidão Pessoa Jurídica) junto à entidade competente, dentro do seu prazo de validade, bem como o registro do Responsável Técnico (Certidão Pessoa Física);
- b) Declaração formal de disponibilidade própria para o item banheiro químico, atestando que a licitante possui todos os equipamentos (banheiros) e pessoal de apoio para acompanhamento e manutenção do funcionamento dos banheiros químicos, devendo estar assinada pelo representante legal da licitante ou procurador;
- c) Alvará Sanitário em vigor, emitido pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual da sede da licitante;
- d) Alvará Sanitário do veículo que efetuará o transporte dos dejetos;
- e) Licença Ambiental da licitante para Operação (LAO) expedida pela IMA para transporte dos dejetos;



SALA MINEIRA
DO EMPREENDEDOR



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



f) Licença Ambiental da licitante para Operação (LAO) da Estação de Tratamento dos Dejetos, ou contrato de prestação de serviços com empresa devidamente licenciada pelo órgão competente, devendo apresentar a documentação de regularidade ambiental da subcontratada.

8.29. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital;

8.30. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.31. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.32. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.33. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 678.452,58 (seiscentos e setenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela descrita nesse documento.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

10.2. A contratação será atendida pela dotação orçamentária juntada aos autos do processo pela Contabilidade Municipal.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10.4. O foro competente para dirimir as controvérsias do presente processo é o da Comarca de Visconde do Rio Branco-MG, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº10.153/2.009 ou do art. 59, da Lei Complementar Estadual nº059/2001.

São Geraldo, 29 de maio de 2024.

Vagner Aparecido Pereira
Gerente de Cultura e Turismo



SALA MINEIRA
DO EMPREENDEDOR